



LATTA MUNICIPAL DE CAMPINAS 17-Jan-2019-11:53
CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINAS

Estado de São Paulo
www.campinas.sp.leg.br

228742

PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 11/2019.

“Dispõe sobre a concessão de desconto no valor do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU de imóveis edificados atingidos por enchentes, inundações e alagamentos causados pela chuva no município de Campinas e dá outras providências.”

A Câmara Municipal aprovou, e Eu, Prefeito Municipal de Campinas sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica estabelecido desconto de cinquenta por cento no valor do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU aos imóveis edificados atingidos por enchentes, inundações e alagamentos causados pela chuva, no município de Campinas.

Art. 2º - Considera-se imóveis atingidos por enchentes, inundações e/ou alagamentos aqueles edificados que sofreram danos físicos, nas instalações elétricas e hidráulicas, em decorrência da invasão irresistível da água, cerceando o direito de ir e vir dos moradores, além dos danos causados aos móveis e eletrodomésticos da residência atingida.

Art. 3º - O benefício, de acordo com a proposta, valerá para os imóveis legalizados, construído dentro dos parâmetros legais respeitando as normas exigidas.

Art. 4º - O desconto será concedido em relação ao imposto devido no ano/exercício seguinte ao da ocorrência dos prejuízos decorrentes das enchentes, inundações e/ou alagamentos.

I - o desconto será apenas sobre o imposto e não sobre seus acessórios;

II - O desconto no IPTU não se acumula com os demais descontos ou isenções concedidos pela Lei 11.111, de 26 de dezembro de 2001.



CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINAS

Estado de São Paulo

www.campinas.sp.leg.br

Art. 5º - O desconto do IPTU será concedido mediante requerimento do interessado, devidamente instruído pelas provas que confirmam o dano e dirigido à Secretaria Municipal de Finanças, para efetiva avaliação.

I - São considerados como provas para instrução do pedido, laudos da Defesa Civil, fotos datadas e que comprovem o ambiente, Boletim de Ocorrência, Notícias veiculares por meio impressos e eletrônicos, declaração expressa de danos e demais documentos que se fizerem necessários.

II - O requerimento, que trata a presente Lei deverá ser respondido com a decisão concessiva ou denegatória, com base nos fundamentos probatórios apresentados;

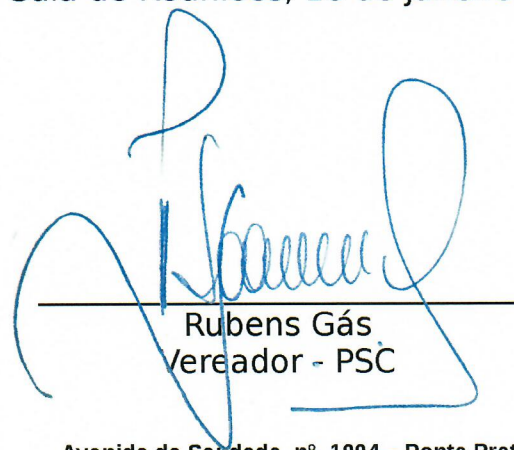
III - O requerimento será individual para cada situação, respeitando o prazo de 60 (sessenta dias) para ser protocolado, após o evento danoso.

IV - Na hipótese do evento danoso ocorrer mais de uma vez durante o mesmo ano, o desconto não será cumulativo.

Art. 6º - As despesas decorrentes para a execução desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas, se necessário.

Art. 7º - Esta Lei entra em vigor no exercício seguinte ao da data de sua publicação.

Sala de Reuniões, 16 de janeiro de 2019.



Rubens Gás
Vereador - PSC



CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINAS

Estado de São Paulo
www.campinas.sp.leg.br

JUSTIFICATIVA

O presente Projeto de Lei Ordinária visa conceder desconto de cinquenta por cento aos imóveis atingidos por enchentes, inundações e/ou alagamentos, àqueles edificadas que sofreram danos físicos, nas instalações elétricas e hidráulicas, em decorrência da invasão irresistível da água, cerceando o direito de ir e vir dos moradores, além dos danos causados aos móveis e eletrodomésticos da residência atingida.

É uma medida necessária, tendo em vista que além da desvalorização imobiliária, os moradores e proprietários dos imóveis afetados sofrem incalculáveis prejuízos sociais, financeiros, estruturais e até mesmo de saúde, sendo medida injusta e desequilibrada a mesma cobrança tributária dos demais.

Salienta que, não basta o imóvel estar em área de enchente, mas é premissa a comprovação do prejuízo ao munícipe, para que se enquadre no direito, ora discutido.

A Lei Orgânica do Município, em seu art. 7º, inciso II, traz a seguinte determinação, *in verbis*.

Art. 7º – Cabe à Câmara Municipal, com a sanção do prefeito, dispor sobre todas as matérias de competência do Município e especialmente:

[...]

II – legislar sobre o sistema tributário municipal, bem como autorizar isenções, anistias fiscais e a remissão de dívida.

Como se verifica, a competência da Câmara Municipal para a proposição de isenções tributárias é expressamente prevista na Lei maior do Município.

Observamos, que a Proposta também não fere Princípios Constitucionais e muito menos apresenta vício de iniciativa, senão vejamos.

Art. 30 – Compete aos Municípios:

I - legislar sobre assuntos de interesse local;



CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINAS

Estado de São Paulo

www.campinas.sp.leg.br

É notável a competência concorrente entre os poderes Legislativo e Executivo em legislar sobre matérias dessa natureza, tanto que existem julgados que abrangem o tema.

*Supremo Tribunal Federal STF - RECURSO EXTRAORDINÁRIO : RE 753771 SP - SÃO PAULO
LEI DE INICIATIVA DE MATÉRIA TRIBUTÁRIA PRECEDENTES DE RECURSO EXTRAORDINÁRIO NEGATIVA DE SEGUIMENTO. 1. O extraordinário envolve interpretação dos artigos 61, § 1º, inciso II, alínea b, e 165 da Constituição de 1988, considerada lei municipal de iniciativa parlamentar que verse tributos. O **Tribunal de origem declarou a constitucionalidade do ato, consignando a competência concorrente entre o Poder Legislativo e o Poder Executivo para legislar em matéria tributária.** Em 11 de outubro de 2013, mediante o denominado Plenário Virtual, no Recurso Extraordinário com Agravo nº 743.480/MG, relator ministro Gilmar Mendes, os Ministros do Supremo reconheceram a repercussão geral da matéria e, no mérito, confirmaram a jurisprudência acerca do tema *Ações Diretas de Inconstitucionalidade nº 2.464*, relatora ministra Ellen Gracie, *Diário da Justiça* de 25 de maio de 2007, e nº 2.659/SC, relator ministro Nelson Jobim, *Diário da Justiça* de 6 de fevereiro 2004. Concluíram inexistir reserva de iniciativa ao Chefe do Poder Executivo para propor leis a versarem redução ou extinção de tributos, revelada distinção entre matéria orçamentária e tributária propriamente dita. Manifestei-me contrário à reafirmação do entendimento naquele âmbito, apontando a necessidade de a questão ser apreciada pelo Pleno. Ante o escore do julgamento, quando fui voz isolada, mostra-se infrutífero provocar a reabertura do tema. 2. Em face do precedente, nego seguimento ao recurso. 3. Publiquem. Brasília, 14 de dezembro de 2015. Ministro MARCO AURÉLIO Relator. (grifo nosso)*

Diante do exposto, entende-se que o Projeto não trará prejuízo financeiro, muito menos renúncia de receita, visto que se for aprovado, sua efetiva aplicabilidade ocorrerá no exercício fiscal seguinte, devendo haver planejamento conforme a expectativa de arrecadação.



CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINAS

Estado de São Paulo
www.campinas.sp.leg.br

A presente propositura é medida necessária e justa, solicito o apoio dos nobres pares para a sua aprovação.

Sala de Reuniões, 16 de janeiro de 2019



Rubens Gás
Vereador - PSC